



*o movimento sindical docente  
dos finais da Monarquia  
ao 25 de Abril*

**SPN30**  
Sindicato dos Professores do Norte  
30º aniversário

**Esta separata é a primeira de seis que integrarão as seis edições da SPN-INFORMAÇÃO em 2012.**

A sua publicação enquadra-se nas iniciativas comemorativas dos 30 anos do Sindicato dos Professores do Norte e pretende constituir uma oportunidade de reflexão sobre as questões da Educação, tendo como pano de fundo o importante papel dos professores e dos seus sindicatos em diferentes épocas. Numa abordagem histórica, necessariamente sintética, lembraremos momentos marcantes da história da educação e da profissão docente no nosso país.

Neste primeiro número, revisitamos a história do associativismo docente, dos finais da Monarquia até abril de 1974. Este enquadramento histórico não pode ser visto numa lógica passadista, como um olhar sobre uma realidade que ficou lá atrás. Ao contrário, ele vale sobretudo pela reflexão que suscita sobre os tempos atuais. Desde logo, pela atualidade e pertinência de muitos dos debates então travados. É impressionante a similitude entre os problemas identificados, os princípios defendidos, as propostas apresentadas... hoje e há 100 anos atrás!

Esse facto justifica o maior desenvolvimento dado no texto à Primeira República. Efetivamente, questões como o desemprego entre os professores, os vencimentos, os concursos, os horários de trabalho, a constituição de turmas, as condições de aposentação, a gestão democrática das escolas, a exigência de participação na definição das políticas educativas, as lutas sectoriais, a relação com o movimento operário, a pulverização de organizações associativo-sindical, entre outras, continuam a ser retratos e desafios que se colocam hoje ao movimento sindical docente. Uma outra ideia convergente, e que ressalta claramente deste enquadramento histórico, é a de que a intervenção e luta dos professores, no passado como no presente, tende a associar os interesses socio-profissionais com preocupações pela qualidade da instrução e da educação. Os professores organizaram-se, ao longo dos tempos, ora em associações profissionais, ora em sindicatos, e independentemente dos nomes (associação ou sindicato), as reivindicações das diversas estruturas organizativas dos professores, como facilmente se constata, são praticamente as mesmas.

Depois do 25 de Abril, os sindicatos afirmaram-se como as estruturas privilegiadas de intervenção e reivindicação dos professores. Herdeiros das várias associações de professores que existiram em Portugal até 1974, os sindicatos assumem, assim, uma dupla característica: por um lado, são organizações reivindicativas de direitos laborais; por outro, são proponentes de ideários, de valores e de projetos educacionais e profissionais. E esta é uma das razões que retira espaço e sentido à ideia de criação de uma ordem dos professores.

Para o enquadramento histórico sobre o associativismo docente, havendo muitos historiadores e investigadores com obra publicada e mais ou menos recente, a que poderíamos ter recorrido, escolhemos como referência principal *O Movimento Sindical dos Professores – Finais da Monarquia e I República*, de José Gomes Bento. Por duas razões: porque, na sua obra, faz uma abordagem específica ao movimento associativo-sindical e, sobretudo, por se tratar de um pedagogo de referência, que o SPN se orgulha de ter como sócio fundador. Esta é, também, uma forma de, na evocação dos 30 anos de vida do nosso sindicato, lhe prestarmos uma justa homenagem.

*Direção do SPN*

*Século da instrução*, como lhe chamam alguns autores, é no século XIX que encontramos o embrião do muito que, hoje, se discute no campo da educação. Este foi o século que marcou o início da modernidade, que assenta na ideia de que é no êxito da instrução que reside o futuro de uma sociedade nova.

Em Portugal, nos finais de oitocentos, dos muitos problemas educativos existentes, sobressaía o estado da instrução primária. Como refere Gomes Bento, “os investigadores do fenómeno do analfabetismo são unânimes em declará-lo como situação escandalosa e em responsabilizar os governos. Falta de escolas, escolas acanhadas e mal construídas, falta de mobiliário e utensílios escolares, deficiências de remuneração, preparação e dedicação do professor primário, entraves da burocracia centralizadora do ensino, entraves à iniciativa particular, um mar de causas por onde se infinitiza o problema”.

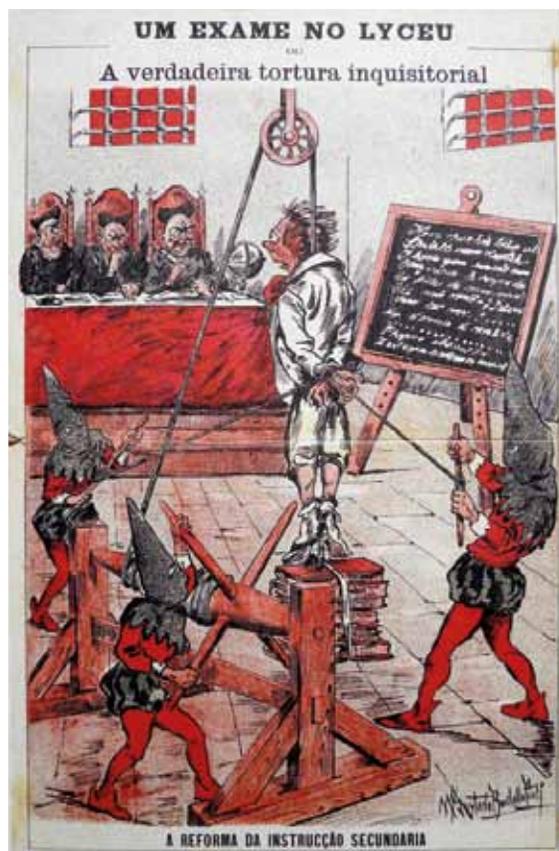
Dado o atraso da instrução primária portuguesa, a grande sensibilidade da época para os problemas da educação popular e a existência de alguns milhares de professores, não admira que o movimento dos professores do ensino primário tenha sido o primeiro a organizar-se. Nesses tempos, depois da proibição das conferências pedagógicas, que marcaram o debate nas décadas de 70 e 80, os professores primários encontraram na realização dos *Congressos* a principal forma de denúncia dos mais variados problemas profissionais e educativos. Só na década de 90, realizaram-se três congressos dos professores do ensino primário: um em 1892 e dois em 1897. O espírito que animava os delegados aos congressos era de que esta nova forma de reunião de professores não deveria ser “apenas uma assembleia de inteligências, mas (...) uma espécie de comité de redacção de leis, sob um ponto de vista largamente liberal e descentralizador”. Nestes congressos, para além das questões socioprofissionais, os professores tinham uma forte preocupação pedagógica, espelhada, por exemplo, nas conclusões do II Congresso, realizado em Lisboa, que, sob forma de *representação* dirigida ao governo, depois de focar os problemas profissionais como o dos vencimentos, pagamento das rendas de casa, estado dos edifícios escolares, exigência de casas para professores, diuturnidades e concursos, enuncia uma série de princípios coerentes com uma linha de *humanismo liberal pedagógico* em que, entre outras questões, se defende a existência de um programa para as escolas primárias.

No entanto, apesar da denúncia junto da opinião pública dos problemas educativos, os congressos não eram suficientes. Sentia-se que os professores necessitavam de uma estrutura de defesa profissional e reivindicativa que funcionasse, simultaneamente, como instrumento de solidariedade entre os professores e de luta pelos seus direitos. Embora alguns autores refiram movimentações associativas de professores em momentos anteriores, Gomes Bento refere apenas a existência da associação e



## Dos finais da Monarquia à Primeira República

professores primários de Lisboa, considerando que as bases da primeira fórmula do movimento organizado dos professores primários de todo o país foram lançadas em 1897, em Coimbra, com a criação da *Associação de Socorros Mútuos do Professorado Primário Português*, a que se seguiu, em 1904, a primeira associação do ensino secundário — *Associação do Magistério Secundário Oficial*. Esta associação encarrega um grupo de professores de entregar ao ministro do Reino, uma exposição contendo as várias reclamações da classe, na qual os petiçãoários começam por insistir no princípio geral de que compete aos próprios executores dos planos de ensino (os professores) o direito de colaborar na sua organização “como elemento imprescindível para garantir a exequibilidade das leis e regulamentos respectivos”, pelo que, para Bento, esta é uma associação que se encontra na vanguarda do movimento intelectual de reflexão e intervenção nas questões de ensino deste período histórico. Por sua vez, por esta altura, a *Liga Nacional do Professorado Primário Português*, herdeira da anterior associação de socorros, abandona definitivamente a natureza mutualista, para iniciar um caminho que em breve levaria os professores a um sindicalismo de classe, numa processo que viria a revelar-se pouco pacífico.



*Em maio de 1923, são anunciadas as bases do que virá a constituir a tentativa de reforma da instrução mais ousada e progressista da República: a reforma de João Camoesas. O congresso de Leiria, em 1923, contou com a presença do próprio ministro. Mas quando se reuniu de novo, em Braga, em agosto de 1924, Camoesas já não era ministro e a sua reforma não tinha sequer sido discutida no Parlamento.*



Não é possível fazer um esboço da história do movimento associativo dos professores sem uma referência à Sociedade de Estudos Pedagógicos, fundada em 1910, uma vez que “ela constitui o ponto de confluência de todos os grandes debates pedagógicos durante o período da Primeira República, a matriz de todos os projectos generosos de renovação da escola portuguesa, o ouvido atento a todas as experiências audaciosas, o local de encontro dos maiores espíritos republicanos interessados nos problemas do ensino”, e onde pontificavam nomes como Adolfo Lima, Mário Vasconcelos e Sá, Faria de Vasconcelos, António Sérgio, Delfim Santos ou João de Barros, apenas para citar alguns, que, na opinião de Gomes Bento, foram “as personagens da maior e mais profunda agitação de ideias que jamais houve na história da educação em Portugal”. Digno de destaque é o facto de ter reunido no seu seio professores primários, liceais e universitários, coisa rara na época, facilitando um amplo confronto das realidades dos diferentes níveis de ensino e a busca de unidade entre os sucessivos graus da instrução pública. Pelos inúmeros debates realizados, pela renovação nas ideias pedagógicas que trouxe, a Sociedade ocupa um lugar único no movimento associativo do ensino em geral.

No entanto, a existência desta sociedade em nada obstaculizava a defesa sectorial dos interesses dos professores. A República trouxera ao movimento associativo dos professores primários uma nova orientação, traduzida, logo em 1911, na criação, no Porto, do Sindicato dos Professores Primários de Portugal, que com um ano de existência congregava mais de 1000 associados (num total de 6000). Da análise dos seus objetivos, conclui-se

# A Primeira República, 1910-1926



que além do plano da defesa dos interesses socioprofissionais, existe uma preocupação de travar a luta na frente pedagógica. É por iniciativa do sindicato que, em 1914, se organiza o primeiro congresso pedagógico depois da implantação da República, justificado pelo propósito de o Governo querer, em breve, apresentar ao Parlamento uma nova proposta de reforma.

Não se julgue, porém, que a formação desta estrutura foi isenta de convulsões. Os setores conservadores dos professores primários imediatamente desenvolvem uma campanha contra o sindicato. Recusam-se a dissolver a Liga Nacional e, com o apoio do jornal pedagógico Educação Nacional, colocaram a argumentação ao nível político-religioso, atacando o sindicato porque “são associações hostis ao catolicismo e o seu fim é defender e espalhar o chamado ensino laico”!

Relativamente aos professores liceais, dá-se uma reorganização da sua associação de classe. A agora designada Associação do Magistério Oficial dos Liceus e Escolas Industriais “abria-se democraticamente a todos os profissionais do ensino”. Estatutariamente, são admitidos como sócios, para além dos professores efetivos dos liceus, os provisórios e os efetivos das escolas do Ensino Profissional e Técnico. Também aqui, na formação da associação, manifestaram-se várias tendências divisionistas que acusavam de elitismo o grupo dos efetivos dos liceus. A direção da associação, no entanto, desdobra-se em tomadas de posição contrárias às medidas que atentavam contra a autonomia dos professores, destacando-se a tentativa de retirar aos conselhos escolares a faculdade de eleição dos reitores.

As alterações estatutárias de 1914 reeditaram a Associação do Magistério Secundário Oficial, retirando a qualidade

de sócios aos professores das escolas industriais e comerciais e aos professores interinos, adidos, provisórios e supranumerários dos liceus. Curiosamente, a partir deste momento, o movimento dos liceus diminuiu claramente a sua atividade, o que se repercutiu na apatia da direção e dos sócios. Como resposta à ausência de dinamismo da associação, os professores do Porto criam, em 1916, a Associação dos Professores dos Liceus do Norte, que durou pouco mais de um ano, o tempo suficiente para editar oito números do seu órgão informativo, Revista dos Liceus, e teve como fim principal lutar por uma reforma do Ensino Secundário, já que, passados seis anos da implantação da República, ainda não tinha sido promulgada uma reforma completa e profunda deste setor de ensino. Já os professores do Ensino Industrial e Comercial organizam, mais tarde (1919) a sua própria associação – Associação dos Professores das Escolas Industriais e Comerciais – que, não fazendo distinção nos estatutos entre categorias docentes, se assume como muito menos discriminatória.

Retomando os anos de 1914/15, a par da apatia registada no movimento associativo, o movimento sindical vivia tempos bastante animados, quanto mais não fosse provocados pelas divisões na classe docente, associadas a uma sistemática contestação por parte de setores mais conservadores. Esta realidade coloca, seriamente, em risco a viabilidade do Sindicato dos Professores Primários de Portugal.

Num quadro de progressiva pulverização associativa, o sindicato tenta reorganizar-se, modificando os seus estatutos de molde a que, dentro da máxima autonomia, se promovesse a máxima união entre a classe. É neste



contexto que aparece a Associação Geral dos Professores Primários de Portugal, que procura a unificação de todas as estruturas associativas dos professores primários, incluindo, naturalmente, os conservadores. Numa reunião realizada em Aveiro, é eleita uma comissão para a elaboração dos novos estatutos da futura União. Uma vez reunidos, os professores aproveitam para discutir outras questões, como o problema dos vencimentos; a centralização ou descentralização da administração escolar; os atrasos nos pagamentos e outros problemas nas finanças escolares, da responsabilidade das câmaras municipais. Principalmente por causa desta última situação, muitos setores voltavam-se contra a descentralização que, na altura, era considerada uma das conquistas da República.

É num quadro de crise política e económica, marcado igualmente pela instabilidade social, que a União do Professorado Primário Oficial Português (UPPOP), fundada em 1918, passa a constituir a mais poderosa e avançada organização da história sindical dos professores portugueses. A União editará um jornal semanal, O Professor Primário, que sairá até 1932. Vivía-se, então, um tempo de descrédito na República, no que toca ao campo educativo, e fruto dos atrasos sistemáticos no pagamento dos vencimentos, os professores primários viviam em permanente descontentamento. As grandes esperanças da reforma de 1911 tinham-se esfumado. A taxa de analfabetismo, essa chaga social que os republicanos prometiam eliminar, permanecia à volta dos 75 por cento. Este contexto faz com que os setores mais importantes do professorado primário encontrassem na União Operária Nacional (Central dos Sindicatos Operários), um espaço comum de reivindicação, pelo que não é de admirar que no Congresso Operário,

realizado em 1920, encontremos uma delegação de dirigentes da UPPOP, que apresenta uma tese e uma moção (aprovadas por aclamação) onde o congresso se compromete, primeiro, a “pugnar pela organização racional de um sistema geral de ensino visando o revigoramento da nação, como parcela da humanidade”; segundo, a “cooperar, pela sua alta significação sindical, na efectivação da descentralização do ensino primário sob a forma das Juntas Escolares”; e, terceiro, a apoiar “a UPPOP na sua campanha a favor do levantamento da educação, base da emancipação do homem”. Embora a União não tenha aderido formalmente à confederação, até porque para isso não tinha o voto da classe, estas tomadas de posição geraram imediatamente grande discussão na imprensa pedagógica: a facção republicana moderada acusa a União de estar a arrastar o professorado para movimentos revolucionários; a conservadora apelida os seus dirigentes de bolchevistas.

Corporizando um salto qualitativo no sindicalismo docente até aí praticado, a UPPOP organiza um plano de movimentação e agitação simultânea dos seus núcleos concelhios, para apoiar um conjunto de reivindicações a apresentar ao Governo, que consistia no envio de telegramas ao ministro da Instrução. Essa ação foi bem sucedida, pois os professores conseguiram, pelo menos, o tão desejado aumento de vencimentos. O congresso extraordinário, de 1920, marca decisivamente o novo estilo de luta sindical, quando se faz a defesa intransigente das Juntas Escolares – consideradas pela maioria da classe uma grande conquista democrática – que estavam a ser postas em causa pelo ministro de então, num projeto a ser apresentado ao Parlamento. Citando A Federação Escolar, conta Gomes

Bento que, no meio de grande excitação, os congressistas consideram este novo projeto uma afronta, já que permitiria, novamente, a entrega da gestão das escolas às câmaras – “se [as Juntas Escolares] forem extintas, o professorado só tem um caminho a seguir: fechar as portas da escola. A vontade do professorado vale tanto como a dos ferroviários ou dos membros de qualquer outra classe. Para a greve, grita-se de vários lados”.

E os professores primários acabarão, pela primeira vez na história do seu sindicalismo, por fazer greve, não por causa das Juntas Escolares, que entretanto tinham sido mantidas, mas pelo combate contra a carestia de vida, integrados num movimento grevista de funcionários públicos. E Bento termina esta parte do seu relato citando o Século, símbolo da imprensa conservadora, que desenvolve uma forte campanha contra os professores primários, principalmente depois da adesão à greve, em que os termos “anarquistas”, “bando de terroristas revolucionários”, “bolchevistas”, “madraços” e “incompetentes” são atirados numa grande manobra de intimidação.

No entanto a União não se intimida e vê esta convergência com os sindicatos operários ser aprovada, por grande maioria, no congresso seguinte, realizado em 1920. Este congresso esteve para ser proibido pelo ministro, com o argumento de que não lhe tinham pedido autorização, ao que a UPPPOP responde que, ao abrigo da lei das associações e dos seus próprios estatutos, a União tem poder para convocar assembleias de professores, sem ser necessária qualquer petição ao ministério. Este incidente mostra a forma como o Estado começa a encarar o movimento sindical dos professores primários.

A luta dos professores, nestes primeiros anos da década de 20, vai dirigir-se, em vários sentidos: a defesa dos professores sem colocação que, neste período, chegam a atingir 1/3 (3 mil) do total dos professores; a conquista de melhores vencimentos; a reivindicação de um horário de 25 horas semanais, distribuídas por 5 dias da semana; a reposição do dia de quinta-feira como feriado letivo tradicional desde a Monarquia, regalia entretanto retirada. Em maio de 1923, são anunciadas as bases do que virá a constituir a tentativa, frustrada, de reforma da instrução mais ousada e progressista da República: a reforma de João Camoesas. O congresso de Leiria, em 1923, contou com

a presença do próprio ministro. Aí, para além de terem sido aprovadas pelos presentes as bases da reforma, foram também eleitos três professores que, juntamente com o ministro, iriam continuar o trabalho de planeamento concreto da aplicação da reforma. Quando se reuniu de novo o congresso, desta vez em Braga, em agosto de 1924, João Camoesas já não era ministro e a sua reforma não tinha sequer sido discutida no Parlamento. Neste congresso, as clivagens entre o setor republicano progressista e o setor minoritário conservador acentuam-se e expressam-se em posições de recuo ou de defesa face a essa reforma.

Nesta altura, a UPPPOP respirava uma saúde organizativa digna de registo, traduzida, no facto de, em dois anos, se ter verificado uma acentuada subida no número dos seus associados, que passou de 3000 para 7000 (taxa de sindicalização acima dos 75%). A sua força era tal que, depois de, em 1924, o sindicato se ter transformado em União do Professorado Primário do Ensino Geral e Infantil, no VIII Congresso Pedagógico, realizado em Lisboa, em 1926, um delegado chegou a propor “que o Congresso lance as bases de uma União do Professorado de todos os graus de ensino, mantendo-se a característica de secções da especialidade”.

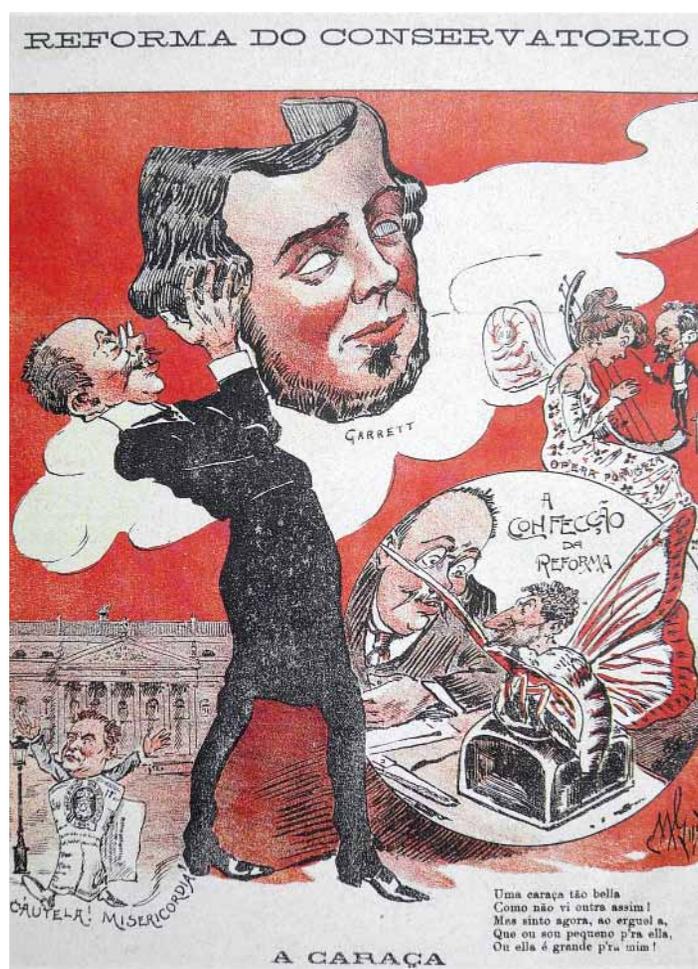
O movimento sindical procurava, assim, adotar o modelo do movimento associativo-pedagógico. Depois da experiência da Sociedade de Estudos Pedagógicos encontramos, no ano de 1924, uma nova associação de professores – Associação dos Professores de Portugal – destinada a abranger todas as categorias docentes e a constituir uma vanguarda na luta ideológica. Não pretendia pôr em causa a União do Professorado ou a Associação do Magistério Secundário, pois o seu campo de ação era essencialmente cultural. Esta associação edita a revista Escola Nova e filia-se na Internacional dos Trabalhadores do Ensino. A sua importância não deriva tanto da sua influência no conjunto dos professores, que foi reduzida, mas dos novos delineamentos trazidos ao problema educativo, assim como da afirmação do crescente peso dos conflitos sociais na natureza e fins do ensino em Portugal e no questionamento da integração da escola no sistema político-social. Sobre esta associação, Bento advoga que “de todas as associações docentes portuguesas foi, sem dúvida, a Associação dos Professores de Portugal a que

levou mais longe a consciência da relação entre a escola e a luta política e social”.

Quanto aos professores do ensino liceal, a Associação do Magistério Secundário Oficial, que se manteve sem atividade entre 1917-1925, viu-se confrontada com o ‘aparecimento’ de uma geração de professores educada em plena República e formada nas Escolas Normais, que demonstrava grande apetência pelo debate sobre assuntos educativos e pela informação pedagógica. Este grupo, originário de vários liceus da chamada ‘provincia’, toma a iniciativa da constituição de uma associação de classe, que denominará de Associação de Magistério Liceal, que pretendia, essencialmente, romper com a anemia em que caíra a classe do professorado e afirmar um nível superior de combatividade. Labor era a sua revista de caráter pedagógico que seria ao mesmo tempo órgão informador e defensor da classe. Dos seus estatutos contam aspetos como a realização de congressos anuais; a organização de uma caixa de pensões e subsídios; a nomeação, em cada liceu, de um delegado encarregue de propugnar pela associação. E o objetivo foi atingido, pois a Associação do Magistério Secundário Oficial retomou a iniciativa, reorganizando-se, agora, sob forma federada – Federação das Associações dos Professores dos Liceus Portugueses. Perante tal facto, os promotores da associação recém-criada entenderam renunciar ao seu projeto, “atendendo à necessidade que há em manter unida, através de tudo, a classe dos professores dos liceus”.

Passados uns dias, Portugal está sob o governo da ditadura saído do golpe militar de 28 de maio, que vai encontrar, no campo educativo, inúmeras questões por resolver – questões relacionadas com os vencimentos, o alargamento da rede de escolas, a dignificação do parque escolar, os horários, o número exagerado de alunos por turma, os 5000 professores sem colocação, a defesa da aposentação para os 25 anos de serviço (enquanto solução para o problema do desemprego), entre outras.

No caso específico do Ensino Secundário, as questões centram-se nos conselhos escolares e na defesa do direito das escolas poderem eleger os seus diretores (cuja decisão final caberia ao Governo, a partir da apresentação de uma lista triplíce!).





# Do golpe militar de 1926 aos finais da década de 60

Talvez porque mais forte e mais organizado, o sistema político instalado pelo golpe militar de 28 de Maio foi implacável para com o movimento sindical dos professores. De tal forma que, pegando no caso dos professores primários, estes só conseguiram fazer um único congresso, em Agosto de 1926, realizado num ambiente de descrédito e desconfiança total. Aí, para além da ideia da fundação de uma cooperativa intitulada *Casa do Professor*, os congressistas limitam-se a repetir e a exigir o habitual conjunto de medidas consideradas fundamentais e que eram, normalmente, objecto de conclusões nas assembleias do professorado primário. Terminava, desta forma, uma longa série de congressos promovidos pelos professores primários, que o designado Estado Novo não tardou a reprimir, assim como as organizações sindicais que lhes estavam na origem. A imprensa pedagógica fica submetida a censura, e a pouco e pouco os jornais da especialidade desaparecem.

Morte mais lenta teve o movimento associativo docente. Os professores liceais, por exemplo, conseguiram algumas concessões do poder oficial, como a eleição dos reitores pelos conselhos escolares e o aumento dos vencimentos dos professores efectivos, tendo o grupo da revista «Labor» um papel fundamental nestas conquistas. Daí que não seja de estranhar que o primeiro congresso dos professores do ensino liceal, se realizasse em 1927 (outros se seguirão, anualmente, até 1931). Local de correntes contraditórias, o congresso acaba por resumir a história de uma época onde a reivindicação já se tornava difícil. Após o congresso, o governo mostra a sua hostilidade: o ministro da tutela recusa receber o secretário-geral do congresso com as conclusões. Pela lei orçamental de 1927, os vencimentos e gratificações são reduzidos em 20 por cento e o tempo para a contagem das diuturnidades aumenta. Perante este quadro, os professores vão a Lisboa manifestar-se ordeiramente, numa “atitude calma a serena” e acabam por não ver tão diminuídos os seus ordenados, recebendo, no entanto, a ameaça velada de 24 horas semanais de leccionação obrigatória.

No ano lectivo de 1927/28, por decreto, o governo reorganiza os serviços do *inspectorado* secundário, reforçando



a sua componente de fiscalização e envia aos liceus as novas normas de inspecção. Esta medida vai desencadear um movimento alargado de contestação. De uma forma geral, a classe não faz a condenação radical dos serviços de inspecção, discute os seus fins. No ano seguinte, adensam-se as ameaças aos direitos dos professores, não só pelo reforço do papel da inspecção como pelo acentuar de medidas de limitação das liberdades, de que é exemplo o exercício de censura sobre a revista «Labor».

Na assembleia-geral da *Federação das Associações de Professores dos Liceus*, aprova-se uma resolução que poderia ter rasgado novos caminhos ao associativismo liceal — a filiação no *Bureau International des Fédérations du Personnel de l'Enseignement Secondaire*. Assim, regularmente, os professores portugueses começam a participar em congressos internacionais, acompanhando e divulgando o movimento da renovação pedagógica e as lutas da classe docente europeia.

Novo marco regressivo no movimento associativo dos professores do liceu, o decreto nº 17 983, de 20 de Fevereiro de 1930, vem proibir as agremiações de professores com carácter federativo. As associações de professores dos vários liceus, a base da *Federação*, são extintas. Acabando com as assembleias de professores em cada estabelecimento de ensino, o governo pensava reduzir o movimento associativo a uma direcção, em Lisboa, dócil e inoperante. Reorganizados os estatutos por força do decreto, a *Federação* passou a denominar-se *Associação dos Professores dos Liceus Portugueses*. Nesse mesmo ano, realiza-se o IV congresso nacional e, passado um ano, aquele que viria a ser o último, já muito desfalcado, pois, “faltaram alguns dos melhores elementos do professorado liceal. De certos liceus nem um só professor compareceu”. O congresso, como que pressentindo os tempos difíceis que esperavam os professores, face a medidas lesivas de direitos — deslocação arbitrária de professores efectivos para outros liceus e penalidades aos professores que prejudiquem a direcção dos serviços escolares e o aproveitamento dos alunos — limita-se “a aguardar a revogação dos mesmos”. Algumas reivindicações avançadas, como a redução do número de alunos por turma e do número



de horas de serviço e melhoria das condições de trabalho, não atenuam o sentimento de desânimo e desorientação dominantes. Na sequência de tudo isto, é suspensa a publicação da revista «Labor».

Finalmente, o golpe final no movimento associativo dos professores, com a proibição de os funcionários públicos se associarem (Decreto nº 23 048, de 23 de Setembro de 1933, artigo 39º). A *União do Professorado Primário Oficial Português* e a *Associação dos Professores de Portugal* são extintas. Curiosamente, o que fica proibido aos professores do ensino oficial torna-se obrigatório para os do ensino particular — a filiação num sindicato nacional, com direcções eleitas submetidas a homologação do ministério corporativo da tutela.

Dava-se início à longa noite de obscurantismo, onde, promovendo um ensino elitista, individualista, paternalista, discriminatório, passivo e examista, o Estado Novo se serviu da Escola para preparar o *cidadão ideal*, que, no essencial, enaltecia a ideia de que a criança deveria adquirir hábitos de disciplina, obediência e submissão. O modelo organizativo adoptado, para exercer o controlo sobre os professores e as escolas, foi o da centralização e uniformização. Daí que, por exemplo, toda a administração burocrática, rígida e uniforme estivesse organizada segundo uma hierarquia assente numa cadeia de escolhas unipessoais que, ao nível da escola, tinha na figura do director ou reitor, escolhido pelas instâncias administrativas, uma peça fundamental para o funcionamento do sistema. Tudo gente ligada ao poder instituído, não restando aos professores qualquer espaço e tempo de participação. A intervenção destes limitava-se à capacidade de ter os alunos *disciplinados* na sala de aula e de *os instruir* o melhor possível. As preocupações inerentes ao cumprimento de um extenso programa curricular, as percentagens de aprovação e, claro!, o inspector, completavam o quadro inibidor da reflexão colectiva sobre a condição de *ser professor* e cortavam com todas as tentativas de inovação e mudança. Este era um professor funcionário, transmissor de um saber centrado nos conteúdos cognitivos, desadaptado do contexto dos alunos e do meio, características de um ensino socialmente discriminatório e selectivo.



# Dos Grupos de Estudos ao 25 de Abril

Não é possível, no espaço deste texto, aprofundar o brutal retrocesso que os 48 anos de fascismo representaram no campo educativo nem referir a muita e rica investigação produzida sobre este período. Recentrando-nos no movimento associativo docente, avançamos para o ano lectivo de 1969/70, ano em que surge um movimento organizado de professores eventuais e provisórios, que tinha como motivação imediata conseguir assegurar a remuneração em férias e a recondução no ano seguinte. Este grupo de professores, descontente com a forma como era tratada a profissão docente e com o regime político, decide criar os *Grupos de Estudos do Pessoal Docente do Ensino Secundário* [GEPDES], mais tarde alargados aos professores do ensino primário, publicando uma revista cuja existência ainda se mantém, «O Professor», e alguns comunicados profusamente distribuídos pelas escolas de todo o país. Buscam a mobilização dos professores em torno de questões importantes, de que se destaca a necessidade de um estatuto de carreira. Os objectivos e base de apoio vão alargar-se, progressivamente, a partir do momento em que se organizam sob o nome "tacticamente eufemístico", no dizer de Rui Grácio, de *Grupos de Estudo*, em 1970. Comissões de escola, comissões regionais, secretariado coordenador promovem acções que se estendem e diversificam: reuniões, abaixo-assinados, encontros, colóquios, exposições, um boletim, são os meios de mobilização da classe e de sensibilização da opinião pública. Os GEPDES visam, ainda, tornar-se os interlocutores reconhecidos pelo Ministério da Educação Nacional, vindo a definir objectivos mais ambiciosos que os iniciais, respeitantes a todo o professorado: direitos e garantias profissionais de várias espécies, problemas de formação, participação nas estruturas de gestão escolar, elaboração de um projecto



de estatuto do professor, constituição de uma associação de professores capaz de representar todas as categorias de pessoal docente, e o direito de intervir utilmente na construção do ensino português.

Em 1971, o VI Congresso do Ensino Liceal reata a série interrompida há 40 anos. Realizado, curiosamente, por sugestão do então Ministro da Educação, Veiga Simão, segundo Rui Grácio “no tempo, breve, da experiência Caetanista de descompressão política controlada”, este congresso, sob o lema *Dignificação do Ensino Liceal*, juntou mais de 800 participantes e desenvolve-se em pleno período de discussão pública dos projectos governamentais de reforma do ensino. Respirando-se um “ar condicionado”, os congressistas evitam a abordagem política das questões do ensino. No entanto, muitas intervenções manifestam insatisfação quanto à situação do ensino e dos professores. Três elementos dos GEPDES foram admitidos no congresso, mas apenas na qualidade de observadores, não lhes tendo sido permitido usar da palavra<sup>1</sup>. Esta decisão mostra bem a ambiguidade que, durante algum tempo, caracterizou a posição das autoridades escolares face à movimentação dos *Grupos de Estudo*, posição esta que chega a revelar-se contraditória. O ministro recebe-os ocasionalmente e declara que os professores podem e devem continuar a reunir-se e a discutir para benefício do ensino e da educação nacional. Mas os obstáculos são muitos: censura, governadores civis, reitores, directores, o argumento de que findou o período de discussão pública...

Para Rui Grácio, a acção dos GEPDES teve uma importância histórica genuína, como processo de consciencialização e organização dos professores portugueses. Nascendo de uma mera reivindicação profissional, os *Grupos de Estudo* tornam-se uma organização que, nas fronteiras da lei, luta

por ver legalizados os direitos de reunião, de associação e de participação no delineamento do seu estatuto profissional e das políticas de ensino. O clima de “descompressão política controlada” permitiu o reforço de afirmação de movimentos sociais que, nos seus objectivos ou nos seus efeitos, punham em causa o regime. A luta desenvolvida pelos GEPDES inscreve-se numa movimentação social e política de diversificadas frentes — política, sindical, académica, anticolonial — até porque dirigentes e activistas seus procedem de partidos e grupos políticos, organizados ou em organização, que se movimentam clandestinamente em tais frentes.

Os *Grupos de Estudo* constituem, assim, um movimento que evolui das reivindicações profissionais espontâneas de alguns docentes, para uma luta política estruturada em termos de unidade democrática, e mesmo de resistência antifascista. A força que a movimentação alcançara justifica um longo despacho de um secretário da Educação, em que se sumaria a actividade dos *Grupos de Estudo* e argui juridicamente a sua equiparação a associações secretas. Os seus membros ficam sujeitos a prisão correcional, perda de funções públicas, multa e suspensão de direitos políticos por cinco anos. “Era em Fevereiro de 1974. Abril não deixou”.

É, fruto da actividade dos *Grupos de Estudo* que, logo após a *revolução dos cravos*, aparecem os primeiros sindicatos de professores. O primeiro desses sindicatos foi criado 5 dias após a instauração do regime democrático, o que permitiu que as comemorações populares do *1º de Maio*, no Porto, assistissem já ao desfile do *Sindicato dos Professores do Norte*. Assim mesmo, nestes exactos termos. Mas esta é uma estória que fica para o caderno que sairá no próximo número da SPN-Infomação.



<sup>1</sup> Duas das três participantes dos Grupos de Estudo no congresso, Ruth Rodrigues e Manuela Silva, são rostos do Sindicato dos Professores do Norte.

#### Referências bibliográficas

- Gomes Bento - «O Movimento Sindical dos Professores Finais da Monarquia e I República». 2ª Ed. Lisboa: Editorial Caminho [1978]  
 Rui Grácio - Educadores, Formação de Educadores, Movimentação Estudantil e Docente, «Obra completa», III Volume. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian [1996]

#### Ilustrações

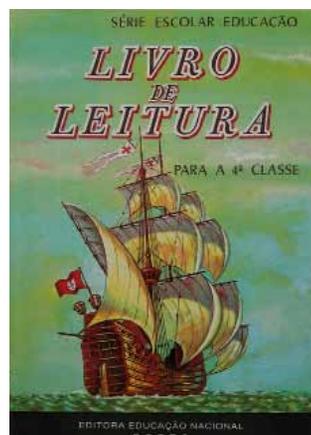
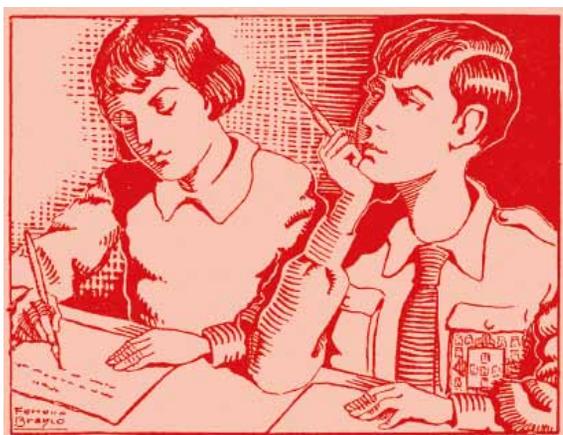
- Os Professores e as Reformas de Ensino. Na viragem do Século (1886-1906) Organização, Introdução e Notas de António Nóvoa, Edições ASA [1993]

### O PUXANÇO

O melhor da escola era sem dúvida o recreio. Quando o professor dava ordem de saída para o intervalo, muito dificilmente os rapazes conseguiam fazê-lo de forma calma e ordenada, contrariando as advertências diariamente repetidas. É que não se podia perder tempo. E o intervalo era sempre curto para tudo o que havia a fazer. // Sobretudo nos dias de chuva, o pátio do recreio parecia ainda mais pequeno e os intervalos mais fugazes. Muito disputadas eram as poças de água, para nelas encharcar os pés, e as arcadas do telheiro, para jogar o puxanço.

### O CANICHO

Naquele inverno, por exemplo, quando a chuva transformou os intervalos em recolhimentos prolongados debaixo do telheiro, toda a gente começou a fazer o *canicho*. Tratava-se de uma actividade de tecelagem, em que um carrinho-de-linhas com quatro pregos finos, dispostos em quadrado em torno de um dos orifícios, virava máquina de tricotar. Os fios de algodão entrelaçavam-se nos pregos, entre dois movimentos rápidos e precisos de dedos, a que seguia um puxar da linha na extremidade oposta; e pouco a pouco surgia a malha em forma de rolo multicolor. A combinação das cores na trança, essa, dependia do fio que se arranjava e não de qualquer preocupação estética.



### A RÉGUA

Até parecia que naqueles anos de escola primária só se aprendia a ler, escrever e contar. Se outras havia para estudar não deixaram marcas... pelo menos na memória e nas mãos. // Arcílio conheceu o peso da régua logo nas primeiras aulas e esses dolorosos encontros mantiveram-se regulares durante longos meses. E tudo por causa das letras, dos números... e, evidentemente, do implacável professor Silva Lobo que, em questões de integração escolar, não criava falsas expectativas: abria o jogo logo no início, ao anunciar como máxima pedagógica o provérbio “moço que não é castigado não será cortesão nem letrado”.

### OS EXAMES DE ADMISSÃO

Acabado o exame da 4ª, entrava-se noutra ciclo de trabalho intensivo para os exames de admissão. Primeiro vinha o exame à escola técnica, depois o dos liceus. Silva Lobo continuava a não lhes dar tréguas, ainda que agora sem o recurso à régua ou ao ponteiro; curiosamente, desde que o período de exames se iniciou, o senhor professor parecia outro. Sentiam-no mais próximo, mais companheiro. Talvez porque naquela luta estavam todos no mesmo barco. Ao Silva Lobo cabia justificar a utilidade das mensalidades recebidas e manter a fama de bom professor, que só leva a exame alunos para passar. Estes tinham agora que mostrar o que sabiam a outros avaliadores que não o Silva Lobo.

Luis Souta, «A Escola da Nossa Saudade», excertos. Profedições, Porto (1995)



